

Diário da Assembléia

Nº 2.507

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVÉRIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros

Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Sousa

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)

ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonesse

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo

Busato Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 115.ª Sessão Ordinária
Realizada em 11 de Agosto de 1970 (Terça-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Fabiano Braga Côrtes e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Gabriel Manoel, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Sílvio Barros e Túlio Vargas (31); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Abrahão Miguel, Fuad Nach, Seme Scaff e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob os nrs. 89, 92, 93 e 94.70 do senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nrs.:

122-70: — Do senhor deputado Nelson Buffara, que concede título de "Cidadão Paranaense", aos integrantes da Seleção Brasileira de Futebol, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.130. — **Agradeça-se.**

28-70: — Do senhor deputado Luiz Renato Malucelli, que dá nova redação ao Artigo 1.º da Lei n.º 6.034 de 6-11-69, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.131. — **Agradeça-se.**

40-70: — Do senhor deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a mandar erigir na Capital do Estado, na praça fronteiriça ao edifício do Tribunal de Justiça, o busto do Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.133. — **Agradeça-se.**

404-67: — Do senhor deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do município de Floresta, uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.132. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 349-70, do senhor José Geraldo Machado, presidente da Câmara Municipal de Jacarézinho, convidando a Presidência desta Casa, para a Sessão Extraordinária, ocasião em que aquela Entidade fará entrega ao coronel Hamilton de Oliveira Castro, do título de "Cidadão Honorário de Jacarézinho". — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Sob o n.º 35-70, da senhora Erica Maria Maestri, presidente da Associação de Pais e Amigos de Surdo, encaminhando cópia autêntica do ofício dirigido ao excelentíssimo senhor Presidente da República, solicitando o seu patrocínio e interesse para que, à futura taxa que for instituída para o Campeonato Mundial de Futebol, seja dado o título de "Taça da Paz, Harmonia e Fraternidade". — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 46-70, do senhor Jaime Barbosa, Supervisor Regional da Diocese — Sociedade Civil de Ação Social, convidando a Presidência desta Casa, para o Culto de Ação de Graças, ao ensejo da passagem do seu 3.º aniversário de Fundação. — **Ao conhecimento do sr. Presidente.**

Do senhor Ayrton Luiz Baptista, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, comunicando a eleição da nova Diretoria daquela Entidade. — **Ao conhecimento da Casa.** — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 31-70, do senhor Rubens Padilha Mendes, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, encaminhando cópia autêntica do ofício dirigido ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, manifestando solidariedade ao movimento encetado pelos engenheiros civis inativos do Serviço Público do Paraná. — **Ao conhecimento da Casa.**

Da senhora Maria da Glória Barreto de Moura, no qual acusa o recebimento e sensibilização agradece o requerimento de autoria do senhor deputado Alencar Furtado, consubstanciado em voto de pesar quando do passamento do senhor Emanuel José de Moura. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 132-70

Inclua-se no art. 301, o seguinte:

"Item III: — As faltas puníveis ou não até 30 (trinta) dias, prescrevem no prazo de 4 (quatro) anos.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) Luiz Malucelli.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 25-70.

— De autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 174-70 e 111-70.

— De autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 95-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Por meio deste, dou ciência à Mesa e à Casa de que, nesta data, renuncio a liderança da bancada da ARENA, à qual fui anteriormente conduzido pelos nobres colegas arenistas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) Erondy Silvério."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer que, após ser ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do dia de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Francisco Dias Vermelho, ocorrido dia 26 p.p. nesta Capital.

O extinto era filho do senhor Américo de Oliveira Vermelho, secretário

da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso e d. Maria Soares Dias Vermelho. Requer, ainda, que seja comunicada à família enlutada na pessoa de seu pai Francisco Dias Vermelho, na Prefeitura Municipal de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1970.

(a) Luiz Malucelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Vice-Líder da ARENA, renuncia essa condição, neste instante.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de Louvor à Cidade de Prudentópolis, pelo transcurso natalício de sua emancipação política no dia de amanhã, 12 de agosto do corrente ano. Solicita ainda que seja designada uma Comissão de Deputados para representar este Poder nas festividades alusivas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) João Mansur.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, requerem na forma regimental, após a devida aprovação do Plenário, se encaminhe ao senhor Ministro dos Transportes, eng. Mário David Andreazza, Sugestão no sentido de denominar Rodovia Barão do Rio Branco às BR-373 e 158, que ligam Três Pinheiros a Pato Branco, Estado do Paraná.

Tal sugestão se justifica nos seguintes termos:

É imperativo se reconheça o quanto deve o Estado do Paraná, em particular, ao eminente brasileiro José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Por ocasião da inauguração da pavimentação asfáltica do trecho Três Pinheiros-Pato Branco, muito se falou da importância da obra, mas nenhuma referência houve acerca da questão das Missões, mantida entre o Brasil e a República Argentina.

A grande platina reivindicada o território à margem esquerda do rio Chopin e o da direita do rio Chapecó, Santa Catarina, afluentes dos rios Iguaçu e Uruguai, respectivamente. No total a área compreendia 30.621 quilômetros quadrados, região maior que a própria Bélgica.

Isso significa que todo o Sudoeste paranaense estava na iminência de cair sob a jurisdição e domínio territorial da vizinha República. Se isso realmente ocorresse, Palmas, Clevelândia, Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e tantos outros municípios, não pertenceriam hoje ao Estado do Paraná.

Para pôr fim ao litígio limítrofe, os governos do Rio de Janeiro e Buenos Aires valeram-se da força do Direito, convencendo apelar para um arbítrio internacional, cuja escolha recaiu no Presidente dos Estados Unidos da América — o senhor Grover Cleveland. O presidente, na função de Juiz, decidiu favoravelmente ao Brasil.

Dai como homenagem, o nome que se deu à cidade de Clevelândia. Por isso aquela área é brasileira. É paranaense.

Mas, há uma lacuna, uma certa ingratidão, um lamentável esquecimento. Não há no Sudoeste paranaense uma cidade, uma vila, um distrito, uma região sequer, com o nome daquele que advogou, pelo Brasil o direito à prodigiosa região.

Para instruir o processo, José Maria da Silva Paranhos, preparou memorial constituído de 5 (cinco) volumes, em inglês e português, fartamente documentado — trabalho que lhe custou muitos meses, incluindo pesquisas nos arquivos de Lisboa, Madri, Paris e outras Capitais.

Graças ao seu talento, a diplomacia brasileira obteve expressivo triunfo, que deve ser constantemente relembrado para glória e orientação das novas gerações.

Imperdoável, pois, relegá-lo ao olvido. É importante assim lhe prestar à memória a merecida homenagem. Impõe-se, como medida adequada, conferir-lhe o nome à rodovia que realmente promove o papel de integração do vasto Sudoeste, consolidando na prática o que os instrumentos diplomáticos obtiveram nos tribunais.

Rio Branco faz parte da história-pátria. O Brasil muito lhe deve. O Sudoeste, muito mais ainda. Dai porque esperar-se o acolhimento do Ministro dos Transportes ao justo preito que se deve render ao inesquecível diplomata.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1970.

(aa) Túlio Vargas — Ivo Tomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, na forma regimental, que se faça constar na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos ao exmo. sr. doutor Nelson Luiz Silva Fanzani, pelo trabalho executado pela Secretaria de Educação no dia 7 do corrente no pátio do Palácio Iguaçu, quando diversas escolas participaram da Demonstração de Ginástica Feminina, em homenagem justa que se fez ao exmo. governador Paulo Cruz Pimentel, na data de seu natalício.

É justo que se destaque a professora Júlia Pereira de Mello (Coordenação Geral) pela brilhante exibição além das seguintes:

Professora Guiomar Malucelli do Colégio Estadual Victor do Amaral, Professora Enoly Aparecida de Mello do Colégio Estadual Hildebrando de Araújo, Professora Terezinha Alves Postui do Colégio Estadual Pedro Macedo, Professora Edyr Terezinha Saldanha e Elza Bohatchuk do Colégio Estadual Rio Branco, Professora Terezinha Alves Postui do Ginásio Estadual do Núcleo Social Ivone Pimentel, Professora Glacy Cioneck do Ginásio Estadual Professor Lysimaco Ferreira da Costa, Professora Diva Guimarães e Sueli L. Rosa e Maria José Villasboa, do Ginásio Estadual Tiradentes, Professora Rosa Osaki da Escola Normal Colégio Estadual João Macedo Filho, Professora Lida Mialik da Escola Normal Colégio Estadual Isoldo Shimith, Professora Inecoito Ito da Escola Normal Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, Dirigentes do Conjunto "Sam Jazz Quintet".

Requer, outrossim, que se dê ciência ao Secretário da Educação, Professora Júlia Pereira de Mello e ao "Sam Jazz Quintet".

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) Paulo Poli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

em, muito respeitosamente, propor que, ouvido o Plenário, seja encaminhada questão ao Poder Executivo no sentido de constituir Grupo de Trabalho, destinado a estudar, em termos de planejamento e coordenação, meios capazes de restabelecer a potencialidade do Porto de Antonina na área da exportação de produtos vitais à economia paranaense, mediante providências que se aperfeiçoem os instrumentos de atracção e lhe solucionem os problemas de dragagem.

Para tal fim, anexa à presente a Justificação inclusa, esperando a aprovação dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1970.

(a) Túlio Vargas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental se digne V. Exa. designar, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão de 3 (três) Deputados para representar este Poder, na cidade de Maringá, no dia 12 de agosto corrente, por ocasião do lançamento da campanha, de âmbito federal, em favor do plantio, liderada por três Ministros do Governo Médici.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1970.

(a) Túlio Vargas.

PROJETOS DE LEI:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição, além do município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1970.

(a) Leopoldo Jacomet.

JUSTIFICAÇÃO: — A medida consubstanciada neste plano de Lei, constitui justa reivindicação da comunidade lapaense, que, assim, não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e, mesmo, prejuízos de ordem financeira, como uma série de dificuldades e, mesmo, prejuízos de ordem financeira, como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperarmos mereça este nosso projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

PROJETO DE LEI N.º 183-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica considerado Estado irmão do Paraná, o Estado de Jalisco, no México, com a finalidade de ser estabelecido intercâmbio cultural e esportivo entre as duas unidades.

Parágrafo único. — O Poder Executivo adotará, através do órgão competente, as medidas que se fizerem necessárias ao cumprimento da finalidade desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(a) Roberto Wypych.

JUSTIFICAÇÃO: — O povo brasileiro, particularmente o paranaense, ainda sob a vibração e alegria motivadas pela conquista definitiva, pelo Brasil, da tão cobiçada taça "Jules Rimet", no México, não poderá, jamais, olvidar as demonstrações de carinho e simpatia que o nobre povo mexicano dispensou à nossa Delegação durante todo o tempo de sua permanência em terras mexicanas, mas precisamente em sua Capital, a bonita e simpática cidade de Guadalajara.

O Governo brasileiro, em reconhecimento à atitude do povo asteca, que muito sensibilizou e honrou o nosso País, criou o Consulado Honorário do Brasil na cidade de Guadalajara, prestando, dessa forma, a homenagem do Brasil, aquele país amigo.

O Paraná quer também deixar indelévelmente marcada a sua gratidão ao nobre povo mexicano, e, para tanto, nada mais significativo do que considerar seu irmão o Estado de Jalisco, com a finalidade de estabelecer intercâmbio cultural e esportivo entre eles.

E, justamente, o que propomos com este plano de lei.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Os subsídios dos Deputados Estaduais, para a 7ª Legislatura, nas suas partes fixa e variável, bem como as ajudas de custo, ficam fixados em dois terços (2/3) dos subsídios e ajudas de custo pagos aos Deputados Federais, nos termos do art. 22, item II, da Constituição do Estado, e art. 13, item VI, da Constituição Federal.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

(aa) Francisco Ecorosin — Presidente
Gabriel Manoel — 1.º Secretário
Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

JUSTIFICAÇÃO: — A Resolução n.º 6-65, de 2 de dezembro de 1966, fixou os subsídios e ajudas de custo dos Deputados Estaduais, para a atual Legislatura. Estando esta prestes a findar, necessário se faz estabelecer novos subsídios e ajudas de custo, para vigor durante a Legislatura subsequente, que será a 7ª., observados os limites fixados na Constituição Federal. E justamente o que se propõe com este Projeto de Resolução em obediência ao que precutiu o art. 22, item II, da Constituição Estadual, combinado com o art. 13, item VI, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Olavo Ferreira, inscrito.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A cidade de Londrina esteve em festas no sábado e no domingo, quando teve a honra de receber festivamente o futuro governador do Paraná, o deputado Haroldo Leon Peres, acompanhado do seu vice-governador, dr. Pedro

Parigot de Souza, do senador Ney Braga, do vice-governador do Estado, dr. Plínio Franco Ferreira da Costa e dos dois candidatos da ARENA, para o Senado, deputado Mattos Leão e deputado Accioly Filho. Com esta visita do futuro Governador do Paraná, foi dado início à campanha, em todo o Estado, dos srs. Deputados, estaduais e federais, como também para o Senado, dos deputados Mattos Leão e Accioly Filho.

O deputado Haroldo Leon Peres foi recebido em Londrina, no aeroporto, às 12,00 horas de sábado, por uma grande multidão que carinhosamente o recebeu, manifestando toda a simpatia para o futuro Governador do Paraná, e para toda a sua comitiva; concedeu entrevista à imprensa de todo o Paraná; esta Assembleia Legislativa se fez representar por inúmeros dos srs. Deputados, assim como por ilustres jornalistas que fazem parte da bancada da imprensa da Assembleia, o jornalista José Joaquim, Raphael de Lalla e Devoney Campos, do "Diário do Paraná". Sr. Presidente, depois da entrevista concedida à imprensa falada, escrita e televisada, foi-lhe oferecido um banquete de mais de 620 talheres, onde a palavra do vice-governador sr. Plínio Franco Ferreira da Costa, a palavra do senador Ney Braga e dos dois candidatos ao Senado e do futuro governador Haroldo Leon Peres foram recebidas com entusiasmo por todos os presentes.

Representantes do Norte, Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, do Sul, do Oeste e Sudoeste, lá estiveram para este início de campanha que culminará no dia 15 de Novembro, quando o povo do Paraná irá escolher aqueles que irão representá-lo no Senado da República, na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

As audiências prolongaram-se, naquele dia, até às 20,30 horas, quando o deputado Haroldo Leon Peres, acompanhado de toda a sua comitiva, foi entrevistado num programa de quase uma hora da Televisão Coroados, de Londrina, onde a sua palavra muito clara, muito positiva, trouxe grande confiança, que já todos nós depositávamos, naquele que será o Governador de todos os paranaenses.

Sr. Presidente, pudemos sentir em Londrina, através da recepção dada a todos que acompanharam a comitiva do futuro Governador Haroldo Leon Peres, o entusiasmo para esta grande campanha que teremos este ano, para escolha dos representantes dos diversos escalões da vida pública. O futuro governador Haroldo Leon Peres soube, através dos seus pronunciamentos, das suas audiências, da sua palavra levada também às classes produtoras, adquirir aquela confiança que sentimos que Haroldo Leon Peres já tinha conquistado o povo paranaense. Um dos assuntos abordados pelo Deputado, na saudação que lhe dirigia Justino Araújo Vilela, representante das classes produtoras é de que no seu Governo, será criado um conselho consultivo, onde os empresários, aqueles que produzem, serão ouvidos, serão acolhidos, a fim de que o Governo possa, com os subsídios que serão apresentados através conselho consultivo, formado pelas classes produtoras, daqueles que produzem e daqueles que pagam, aperfeiçoar o sistema de ajuda às entidades de classe do Paraná.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a franqueza da palavra do futuro Governador, que, pela primeira vez na nossa história política do Paraná, afirmou que no seu Governo a palavra "sim", será "sim", que a palavra "não" será "não". Trouxe a todos aqueles que ouviram a sua manifestação simples, mas uma manifestação sincera, o que poderá ser o Governo de Haroldo Leon Peres para o Paraná e o apelo que S. Exa. fez a todos os arenistas, pedindo-lhes aquela crédito de confiança necessário, indispensável, para que ele possa encontrar, ao lado dos homens de bem, aquela colaboração, a fim de que forme a melhor equipe de trabalho, para trabalhar, para organizar e levar o Paraná a este desenvolvimento que já está sendo invejado também pelos demais Estados da Federação.

Sr. Presidente, srs. Deputados, sentimos que na área política, nas áreas produtoras, todos os homens de bem estenderam as suas mãos a Haroldo Leon Peres, as suas mãos de confiança, as suas mãos da certeza de que Haroldo Leon Peres não será uma esperança, mas será uma certeza de um governo sério, a frente dos destinos paranaenses.

Portanto, sr. Presidente, no agradecimento que faço hoje aos srs. Deputados que lá compareceram à imprensa desta Assembleia por seus ilustres jornalistas, assim como a todos os prefeitos e vereadores de todos os rincões do Estado do Paraná, queremos agradecer em nome de Londrina, em nome da comunidade londrinense, pelas manifestações carinhosas com que receberam Haroldo Leon Peres e toda a sua comitiva. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Eurico Rosas, inscrito.

O SR. EURICO ROSAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em ocasiões anteriores, estive na tribuna defendendo a tese de dilatação de prazo para o recolhimento do ICM, pelas classes produtoras do Estado do Paraná.

Naquelas ocasiões, por várias vezes compareci à tribuna, para dizer a esta Casa que achava muito justo, porque o pagamento antecipado do ICM pelas classes produtoras fez com que os nossos industriais, aqueles que fabricam os produtos de consumo, se vejam privados do seu capital de giro.

Então, nessas considerações, procuramos demonstrar que aqui no Estado do Paraná não se cria nenhum incentivo fiscal que estimule quem produz, que crie nossas riquezas e que consiga emprego para os nossos operários trabalharem. Enfim, o Paraná não cria, de maneira alguma, uma condição por mínima que seja, para o homem que integra a classe produtora daqui deste Estado.

E levado por este raciocínio, pedimos que fosse dilatado o prazo para o recolhimento do ICM, demonstrando naquela ocasião que, quando uma indústria fabrica um produto faturando em 90 ou 120 dias, o industrial terá que, por antecipação, recolher o valor do ICM. E se esse recolhimento se faz nos meses sucessivos, fácil é de se comprovar que mais de 50% sempre fica retido nas mãos do Governo, sem que o industrial consiga receber o valor da primeira fatura de produtos por ele fabricados.

Tenho aqui em mãos o artigo publicado por Otávio Gouveia de Bulhões, na revista "Visão", em que este técnico, em assuntos tributários e fazendários, prova que o Governo já deveria há muito tempo fazer esta dilatação de prazo.

Então aquelas considerações, dizia eu, que timidamente lançadas aqui da tribuna da Assembleia, advogando uma casa da Associação Comercial e Industrial de Guarapuavá, onde os homens que trabalham com a indústria da madeira se veem quase sem recursos para continuar com aquele trabalho nessa indústria extrativa.

E agora, o sr. Otávio Gouveia de Bulhões, nome bastante conhecido na vida pública brasileira, vem de lançar um artigo que é um verdadeiro desafio ao Governo federal, para que sejam adotadas medidas dessa natureza, visan-

do dar elementos a todos os industriais a fim de que não fiquem desprovidos de seu capital de giro. E este artigo que passarei a ler, peço que conste dos Anais desta Casa, como um grande subsídio, como uma grande prova de que os que ocupam a tribuna devem ser bem tratados pelo Governo do Estado do Paraná; e fazer isso que nós procuramos nas sessões anteriores: demonstrar que outros Estados da Federação concedem inúmeros favores fiscais para garantir o estabelecimento de indústrias em seus Estados, o que não acontece no Estado do Paraná.

Diz o dr. Otávio Gouveia de Bulhões: "O Governo está iniciando uma redução de impostos. A notícia é auspiciosa, quer do ponto de vista financeira, por expressar a conquista do equilíbrio orçamentário, quer do ponto de vista econômico, pela perspectiva de horizontes mais favoráveis à expansão das atividades industriais e comerciais.

Um exemplo mostrará que tão importante quanto a alíquota é o procedimento da cobrança do imposto. Suponhamos que um produto aumente sua produção de 100 para 120. O acréscimo de vinte unidades do produto, no valor de 100 cruzeiros está presentemente sujeito ao imposto de circulação, no montante de vinte cruzeiros, ao qual se adiciona o imposto de produtos industrializados, digamos, de dez cruzeiros, completando um total de 30 cruzeiros. No consumo final, essa tributação é bastante diluída, porque várias mercadorias estão isentas do imposto de produtos industrializados. Todavia, na empresa onde se exige a cobrança desses dois impostos, o impacto financeiro é considerável, muito embora a carga fiscal seja transferida ao consumidor no preço da mercadoria.

Enquanto o produtor aguarda e recebe da venda da mercadoria, pesa-lhe a antecipação do pagamento dos impostos, no total de 30 cruzeiros por cem cruzeiros de produção. Essa elevada proporção de encargo financeiro requer considerável soma de capital de giro.

A redução anunciada pelo Governo, no exemplo citado, significa uma diminuição de 30 cruzeiros para 32 cruzeiros. É uma diferença de seis cruzeiros em cada acréscimo de produção de cem cruzeiros, soma que no vultoso das operações industriais e comerciais pode representar valor expressivo. Ora, se a soma de seus cruzeiros pode ser expressiva, fácil será imaginar o extraordinário impulso que se imprimirá ao processo produtivo se as empresas fossem "liberadas de antecipar, não apenas uma diferença de seis cruzeiros, mas importâncias muitas vezes maior. Note-se que dizemos "liberdade de antecipar". Trata-se, pois, de deslocamento de incidência tributária e não tanto de redução de alíquotas.

Se dividirmos a alíquota do imposto em duas parcelas, uma bem módica, digamos de 5%, cobrável por antecipação, e outra de 10%, em complemento à primeira, cobrável no ato da compra no varejo, manteríamos a atual estrutura, com vantagem da racionalização da incidência tributária.

Encontra-se o Brasil no limiar de um desenvolvimento econômico de amplas proporções. Mas a sustentação desse desenvolvimento econômico de amplas proporções depende de apreciável disponibilidade de capitais que pode ser conseguida em condições apropriadas, caso tenhamos a preocupação de utilizar os instrumentos fiscais de maneira racional, interna e externamente.

Internamente, há margem para o aumento da disponibilidade de capital, se imprimirmos maior ênfase à arrecadação dos impostos indiretos na esfera do consumo produtivo. Nessa última hipótese, os impostos são pagos antecipadamente pelas empresas. Mas a antecipação do pagamento exige elevado montante de capital de giro. Mais ainda. Sendo o imposto pago na fase de produção, a incidência tributária se faz sentir sobre todas as mercadorias. O acréscimo de custo de investimentos é da ordem de 30% a 40%, pois essas são as proporções dos impostos de circulação e de produtos industrializados sobre cimento, cerâmica, aço, madeiras, máquinas, equipamentos, material de transporte.

Se insistirmos no deslocamento da cobrança do imposto de circulação para a esfera do varejo é porque a arrecadação, na fase do processo produtivo exige um aumento de capital de giro, embora o Governo procure dilatar o prazo das antecipações do imposto. Embarça o progresso por causa das repercussões da incidência tributária sobre os bens destinados aos investimentos e às exportações, exigindo complexo sistema de restrições de difícil generalização; embarça a equidade fiscal porque drena recursos das regiões mais pobres para as mais ricas, o que não ocorre se a cobrança for feita na fase final do consumo.

Quanto ao imposto de produtos industrializados, a correção é menos complexa. Bastaria limitar o campo da incidência. O imposto realcia apenas sobre aquelas mercadorias que se destinam ao consumo final e não fossem de consumo genérico, tais como bebidas, fumo, carros de passageiros, jóias, perfumes. Deixariam de ser abrangidas as mercadorias que visivelmente representam matérias-primas ou produtos destinados a investimentos.

Se o imposto de produtos industrializados recair em número restrito de mercadorias, dificilmente sua incidência incorrerá sobre bens aplicáveis aos investimentos ou ao preparo de produtos exportáveis. E quando ocorre o fenômeno, será fácil identificá-lo e corrigi-lo. Se, entretanto, a lista de mercadorias tributáveis for ampla, como é atualmente, torna-se difícil evitar a repercussão tributária sobre os investimentos e sobre as exportações. A experiência atual é elucidativa. São grandes os embaraços e fortes os arbitrios quando se procura compensar os investimentos e as exportações contra os encargos fiscais.

Muito poderá contribuir para a segurança do ritmo de desenvolvimento a melhoria do presente sistema tributário. As sugestões indicadas são de indiscutível vantagem econômica, conquanto possam trazer algumas dificuldades financeiras quando no período de sua adaptação.

Estas são as considerações que queríamos fazer sobre a incidência do imposto de circulação, um tributo necessário, diga-se de pronto, mas que deveria ter sua fase própria para pagamento.

E porisso que insistimos aqui nestas considerações, procurando dar ao produtor o legítimo direito de pagar o seu imposto na fase final da comercialização.

É uma tese que levantamos aqui na Assembleia e hoje, com muita satisfação para nós, vemos que um homem, que entende de assunto tributário e que é respeitado em todas a Nação brasileira, vem com raciocínio mais sólido, com argumentos mais condizentes com o assunto, dar a comprovação de que realmente há alguma coisa de errado na maneira de se cobrar imposto de circulação aqui no Brasil.

Porisso, renovamos o apelo feito ao Governador do Estado, para fazer um adiantamento para que o industrial possa, ao fabricar o produto, pagar o imposto com o recebimento da fatura do mesmo produto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados. O MDB realizou, no sábado último, a sua Convenção Regional com vistas às indicações de candidatos à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa e ao Senado da República.

Reunimo-nos na sede deste Poder, em memorável convenção. Foram indicados os candidatos do Movimento Democrático Brasileiro ao pleito de 15 de novembro próximo vindouro. Sentimos, naquela convenção, o que já vínhamos sentindo em nossas andanças políticas através do Estado do Paraná; sentimos, na vibração dos oradores, dos representantes que aqui estiveram, o mesmo pensamento que sentimos quando, há dois anos, participamos de um pleito em direção à Prefeitura Municipal de minha cidade: Londrina.

Sentimos que o povo passa a participar, conscientemente, do processo político, não mais segue de perto os arroubos daqueles que se sentem felizes somente no momento em que se achegam aos homens que detêm o poder público. Porque, o entendimento do homem consciente, livre e democrático é aquele que sente o poder detido nas mãos do povo, suprema fonte do poder, nos regimes democráticos.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Olivir Gabardo, em primeiro lugar, peço desculpas a V. Exa. por interrompê-lo no início de um pronunciamento que já se vislumbra brilhante.

Mas, não poderia deixar de passar em brancas nuvens, exatamente nesse ponto de V. Exa. diz que os homens, os maus políticos, os falsos representantes do povo são aqueles que se aceram dos poderes — isso eu concordo em gênero e número com V. Exa. — é nesse sentido que queria oferecer-lhe o aparte.

Desejo, primeiramente, congratular-me com a representação do MDB, pela sua Convenção, pelo êxito com que se revestiu aquele ato público, pela plêiade de nomes — dos mais responsáveis — escolhidos naquela Convenção, para representar o Partido na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa, no Senado, da República. E, neste instante em que me congratulo com V. Exa. pelo êxito daquela Convenção, quero fazer votos sinceros para que os elementos que o partido escolheu para disputar as eleições com vistas à Assembleia Legislativa, esses elementos têm uma grande responsabilidade, a responsabilidade de substituir o nome de V. Exa., o nome do nobre deputado Eurico Rosas, o nome do brilhante deputado José de Alencar Furtado, e o nome do combativo deputado Sílvio Barros, o nome do nosso prezado amigo, deputado Nelson Buffara, esses homens têm uma grande responsabilidade: substituir, neste Legislativo, homens que sempre representaram a opinião do povo brasileiro; homens que são exemplos de dedicação à causa pública, muitas vezes rejeitando as mais tentadoras propostas do Poder oficial para que mudassem o ponto de vista esposado durante a votação das diversas matérias durante todos esses 4 anos, seguindo sempre a linha rija do comportamento de homens de bem, de linha ditada pelo partido, pelas normas doutrinárias do Movimento Democrático Brasileiro.

Esses homens que irão substituí-los nesta Casa, trazem essa grande responsabilidade. E por isso que, neste instante, quero congratular-me com V. Exa. e desejo aos candidatos do MDB toda ventura, toda sorte no pleito de 15 de novembro e fórmulo votos ardentes e sinceros para que eles mantenham essa linha elegante de trabalho, de coerência que sempre adotaram os representantes do MDB nesta Casa.

No instante em que nós lamentável e deploravelmente, estamos assistindo em espetáculo doloroso, nunca visto dentro deste Legislativo em Têcia sua história, neste instante — e V. Exa. e seus companheiros de bancada sabem a que me refiro — é que dou valor, mais uma vez à gloriosa bancada do MDB nesta Casa.

O SR. OLIVIR GABARDO — Nobre deputado Erondy Silvério, realmente não poderia esperar outro aparte de V. Exa. conhecedor que sou da largueza de espírito de que é V. Exa. dotado, conhecedor das posições corajosas e firmes que V. Exa. tem tomado nesta Casa.

Agradeço a V. Exa. as referências elogiosas em relação aos homens do meu partido. Retribuo da mesma forma a V. Exa., nobre Deputado, com os votos de muito sucesso nessa jornada cívica, tanto para o nosso como para o seu partido. Que sejam eles os mais autênticos portadores da mensagem ao povo do Paraná, a fim de que valorizadas sejam as instituições que têm o grave e sério dever de produgnar, de lutar, em favor desse mesmo povo e não de girar em torno de homens, como no passado, em que a política vivia em torno de coronéis, de homens que decidiam dos destinos de sua comunidade. Que essa jornada cívica, sobretudo neste momento histórico em que vive a Nação, desejosa ardentemente de reencontrar seu verdadeiro caminho democrático. E não o encontraremos, se não voltarmos nossas vistas às fontes mais puras do poder, que é o povo, portador das mais caras tradições, de lutas gloriosas que vêm desde longos anos, desse povo que é detentor desse poder. E nele que devemos nos abeberar, no sentido de conduzir sua mensagem, de sermos realmente os portadores de suas mais caras aspirações, a fim de que as instituições democráticas sejam realmente firmadas e voltadas aos supremos interesses desse mesmo povo.

Essa tônica que meu partido, na Convenção memorável realizada no sábado próximo passado, deu aqueles que aqui compareceram, mas sobretudo, também vimos através da indicação dos seus candidatos, não apenas à Câmara Federal e Assembleia Legislativa, mas tivemos oportunidade de assistir também o lançamento da candidatura desse grande político, embora jovem portador já de uma bagagem política invejável, representante deste Paraná, por duas vezes, na Câmara Federal. Uma folha de serviços prestados ao Estado do Paraná e ao seu povo, que; realmente invejável.

Refiro-me a José Richa, homem que se iniciou cedo na política universitária; homem que experimentou, nos seus longos anos de política, desde estudante, ainda muito moço, já apresenta uma folha de serviços prestados ao Estado que é realmente invejável. E é por isso que digo que nós sentimos no povo deste Estado as expressões de respeito, de carinho, em relação a este jovem que se lançou candidato a uma vaga ao Senado Federal, num momento difícil de nossa vida política. Realmente, este país e este Estado necessitam de homens como José Richa, a fim de que possamos ver renovadas as ideias políticas neste Estado e nesta Nação.

Necessário se faz que novos valores surjam na política, e o Movimento Democrático Brasileiro vem dar esta grande opção ao eleitorado do Paraná e, através de seus homens encontrar, com já encontrou em eleições anteriores, a correspondente simpatia, entusiasmo e apoio deste povo que é o supremo detentor do poder em todos os regimes que se dizem democráticos.

Então, fica aqui o registro da nossa memorável convenção e os nossos agradecimentos a este bravo companheiro, Alencar Furtado, que, com sua liderança firme, conduziu com muita propriedade aquela convenção, dan-

do-lhe aquela deslencas magnífico a que assistimos no último sábado.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, gostaria de aproveitar a minha passagem por esta tribuna para voltar a um assunto que temos constantemente aqui ventilado. Porque nós entendemos que uma Nação que se preze, um Estado que se preze e que almeje, ardentemente, estar no caminho do progresso e do desenvolvimento não pode prescindir de um apoio básico, fundamental, para o setor da administração pública.

Temos, desta tribuna, reiteradamente formulado apelos, no sentido de que a classe do magistério, da educação neste Estado, seja considerada como prioridade primeiro, muito antes ainda daquela prioridade de infra-estrutura, como Energia e Transportes, porque de nada valerá a construção de estradas asfaltadas de nada valerá a implantação de Usinas Hidrelétricas para a distribuição de energia elétrica, se o homem não souber se aproveitar dessas obras de infraestrutura. E o homem só poderá aproveitá-las na medida em que for preparado para isto, na medida em que for educado para isto. Seria desolador instalarmos pelas estradas pavimentadas iluminação a mercúrio, darmos às noites escuras o brilho da energia, se por esses caminhos e essas estradas tivéssemos, a tráfegar, homens vivendo na escuridão do analfabetismo. E por isto que temos dito que a educação deve ser tratada com muito carinho, com muita seriedade, sobretudo com aquele apoio indispensável para que a educação se realize distante das conturbações políticas, das influências políticas e que tenha apoio não apenas, no sentido de serem dadas condições materiais, mas, sobretudo, a liberdade para que os educadores possam realizar a notável tarefa de preparar as futuras gerações.

Ainda na semana passada, apresentávamos um requerimento, solicitando informações do Executivo em relação a vários assuntos pendentes na área da Educação, e hoje temos em mãos um Memorial endereçado ao sr. Governador do Estado, cujo conteúdo se afina com aquele do pronunciamento que realizamos na semana passada, solicitando do Governo do Estado a especial atenção para o caso dos professores suplementaristas que, no interior do Estado, não recebem desde o mês de março. Pedimos atenção especial do Governo do Estado, no sentido de que o atraso dos vencimentos dos professores efetivos do interior não venha se acrescendo como vem sendo feito nos últimos meses e que melhor pagamento seja feito às professoras estagiárias que já prestaram, no ano passado, 100 dias de trabalho gratuito e que neste ano receberam a insignificante importância de 100 cruzeiros mensais; não é com vencimentos deste jaez que se valoriza e se projeta um Governo que deseja voltar-se para a educação de um povo! Falamos no pagamento de 50 cruzeiros às zeladoras, pagamento este que, além de insignificante, injusto é ilegal, porque contraria as leis vigentes do salário-mínimo nesta Nação, é humilhante, pois fazer com que um ser humano trabalhe por apenas 50 cruzeiros mensais, dando-se um exemplo péssimo às entidades privadas que vêm pagando o salário mínimo, é uma grande humilhação. Mas, dizia eu que tenho em mãos um memorial dirigido a S. Exa. o sr. Governador do Estado.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Em primeiro lugar queria agradecer a bondosa referência feita. Nobre Deputado, V. Exa. abordou dois assuntos: o da nossa convenção e o assunto das professoras que não receberam seus pagamentos, e das serventes injustiçadas, porque recebendo aquilo que manda a Constituição. Quanto ao primeiro assunto V. Exa., como nós outros, cheios de "elam" para a luta democrática, de otimismo para o trabalho de aperfeiçoamento institucional, vez por outra nos sentimos combatidos porque a desigualdade é muito grande, este pleito em que se deve enfrentar dispositivos poderosos, máquinas montadas, os prestígios de dois governadores, um de fato ilegítimo, outro de direito, legitimado pelo povo, porém dois governadores, como duas forças poderosas no Estado, e nós a darmos combate, torcendo pela reabertura sempre uma democracia coroada de sentido quase monárquico, mas atendida democrática, torcendo pelo estado de direito na sua plenitude e vendo das pelas normas do "Aqui del Rei" "Haroldo Leon Peres", e aqui del Rei Paulo Pimentel", em termos constitucionais. Desgraçadamente nós quebrantamos o nosso ânimo, por termos no sentido monárquico corado a nossa aglutinante democracia; quanto ao outro assunto, pior do que a ilegalidade de se pagar aquilo do salário mínimo, é não se pagarem mais as zeladoras desde março. Elas não receberam desde março, pior que isso, meu caro Deputado, é nós sabermos, por exemplo, que quase no interior inteiro as professoras vêm lecionando também sem receber e sem garantia contratual de nomeação. Ainda há poucos dias vibrávamos agradecidos, desta tribuna, com a posição adotada pelo líder do Governo nesta Casa que, fazendo obo ao conosco e com os servidores, cobrava do Governo a promessa contraída em caráter oficial com as Assembléias Legislativas do Paraná que encaminharia mensagem propondo aumento dos servidores públicos até fim de julho, começo de agosto.

Mas há três dias atrás, se não me engano, lemos pela imprensa do Paraná, que o Governo necessita de mais 45 dias para saber se condições financeiras existe no Estado para a elaboração daquela mensagem.

Pela mostra, este aumento não virá tão cedo, e se vier, chegará às vésperas das eleições de 15 de novembro. A meu ver, neste tripudiamiento, a dolorosa vida do servidor público que precisa mais de comer do que de política, que precisa mais de atender suas necessidades do que se ver, às vésperas de um pleito, mimosoado pelo aumento que já não é mais aumento, porque agora o Governo Federal já estuda o segundo aumento dos servidores, dando assim uma demonstração eloquente de que o custo de vida, a inflação que está aí contra a vida do humilde servidor, já acabou comendo o seu salário.

Congratulo-me com o pronunciamento de V. Exa., e envolvo-me em péculas porque o funcionário público do nosso Estado encontra-se em estado pessimista. Era o aparte.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O sr. OLIVIR GABARDO — Tem o aparte o nobre deputado Erondy Silvério.

O sr. Erondy Silvério — Estamos oferecendo o aparte, para dizer que o nobre deputado Alencar Furtado está cometendo certas injustiças, nesta particularidade, em relação ao sr. Governador. Não é intenção do sr. Governador do Estado de mandar mensagem de aumento do funcionalismo. Não é intenção do sr. Governador do Estado, proceder às nomeações de professores concursados e resolver de uma vez por todas o problema do servidor paranaense, com vistas ao próximo pleito eleitoral, absolutamente. O sr. Governador não tem isso em mira, o seu objetivo é tão somente olhar sempre com carinho para os seus problemas de governo, que são as metas traçadas por S. Exa. até o último dia do seu governo, disso o Paraná poderá ter a certeza. Acontece, nobre Deputado, que eu também quis me intalar do problema. Mas equivoquei-me, quando vi que não havia má vontade por

parte do Executivo com o funcionalismo estadual. Na época cheguei mesmo a endereçar requerimento interpelando o sr. Governador neste sentido e que ainda não foi votado, para o qual peço a retirada de pauta, porque nos intieramos da situação da Fazenda do Estado.

Sabemos que quando se implantou a lei de reavaliação de concurso do funcionalismo sem exceção, apenas com exceção da Polícia Militar do Estado, foi largamente beneficiado, principalmente o magistério. Isso foi odo do Governo, que nada tem que dar para se eleger, porque ele vive dos tributos que recolhe do povo do Paraná.

O Governo não tem condições, de imediato, de conceder um aumento sem ao menos proceder a um estudo, porque preferível é uma melhor cautela do que atrasar os vencimentos do funcionalismo, o que não ocorreu e jamais ocorrerá neste Governo. O funcionalismo continuará sendo pago em dia até o último dia do governo de Paulo Pimentel. Mas isso não quer dizer que o Governo não vai mandar a mensagem a esta Casa, a sua palavra está de pé. A mensagem virá talvez antes dos 45 dias. E bem verdade que a Secretaria da Fazenda designou uma Comissão para elaborar os estudos no prazo de 45 dias. Mas não quer dizer que isso se prolongue até findar este prazo. Já tivemos conhecimento de que estes estudos se processarão com a máxima rapidez, inclusive o sr. Secretário da Fazenda manterá entendimentos com a Associação dos Servidores, a fim de trocar ideias com respeito à instituição de todo o funcionalismo com vistas à paridade.

As nomeações das professoras concursadas estão prestes a ser assinadas. As professoras de Curitiba serão nomeadas ainda nesta semana, em número de 807. Nos demais municípios, tão logo as Inspetorias completem o processo de nomeação, serão assinadas pelo sr. Governador.

De maneira que o sr. Governador, paulatina e gradativamente, vem cumprindo seus compromissos assumidos com o funcionalismo público em geral.

Este o reparo que queria fazer, no aparte que me concedeu o nobre deputado Alencar Furtado, com relação à mensagem que virá a este legislativo, e será apreciada dentro de breves dias.

Sei que o sr. Governador não tem a menor preocupação com a data de 15 de novembro. Não existe mesmo esta preocupação de conceder aumento às vésperas de eleições, mesmo porque o funcionalismo do Estado é esclarecido. Já tem sua formação política definida, seus candidatos, talvez, previamente escolhidos. Não será com um aumento a que ele tem direito que o Governo vai mudar a sua opinião com relação ao pleito de 15 de novembro porque ao homem esclarecido não adianta pressão nem concessão de favores. Os esclarecidos têm seu ponto de vista formado, sua ideia fixada, e não será por pressão de governo, nem do atual nem de futuros, que vá mudar a boa formação dos homens de bem. Pode mudar os que não têm caráter. Portanto não será a Mensagem de aumento que vai mudar a opinião do funcionário com relação ao pleito de 15 de novembro.

O sr. OLIVIR GABARDO — Agradeço a V. Exa., nobre deputado Erondy Silvério, as informações que presta em nome do Governo a respeito do aumento do funcionalismo, mesmo porque o aparte de V. Exa. veio em resposta ao aparte que me concedeu honrosamente o nobre deputado Alencar Furtado, em relação à posição do nosso partido neste pleito.

Fazendo referência às duas autoridades que neste caso encontram-se unidas unicamente neste Estado. Disse a S. Exa. que não me causa inveja nenhuma estar distante dos homens, quando me encontro muito perto das ideias. Imposta para nós, isto sim, nos alinharmos ao lado de ideias que são perenes, ao lado das instituições que não perecem com o tempo e ao lado dos homens que são transitórias e passageiros Importa, sobretudo, estar ao lado do povo que é uma instituição permanente, do que ao lado deste ou daquele homem que tem sua passagem muito rápida por esta terra.

Importa-nos isto sim, gravar as ideias dos mesmos ideais que movimentam montanhas, do que nos alinharmos ao lado dos homens que detêm o Poder, porque aqueles que assim o fazem demonstram falta de coragem, às vezes, para defender suas próprias ideias. E a História não registra a passagem desses homens que faltaram com a coragem no curso dessa mesma História.

Portanto, pretendo passar pela vida pública demonstrando que quando não concordo com certas e determinadas atitudes dos homens públicos, preperir ir para casa do que abandonar minhas ideias e minha formação. E esta posição bem definida que tenho levado ao povo de minha região, de minha cidade, haverá certamente de se estender por todos os recantos deste Paraná e deste Brasil, a fim de que este povo, que é consciente e que deseja realmente a continuidade da construção de um Brasil grande para seus filhos, possa relegar a plano secundário aqueles que desejam o Poder, pela vaidade do Poder, mas que não postulam a posição pública para a defesa dos sagrados interesses do povo.

O sr. PRESIDENTE — Presidência informa ao orador que faltam cinco minutos para o fim da hora do Expediente.

O sr. OLIVIR GABARDO — Mas, sr. Presidente, falava eu sobre a situação em que vive o magistério, esperançosos de que S. Exa. o Governador Paulo Pimentel, cujo mandato foi auferido na fonte suprema do Poder neste Estado, isto é, pelo voto direto do povo paranaense, se sensibilize pelos apelos que fazem as lideranças do magistério no Estado, os apelos que fazem os homens desta tribuna, clamando em nome deste mesmo povo e que dê condições para que os homens responsáveis pela educação e pelo magistério neste Estado, realmente levem a bom termo a magnífica sacerdotal obra de preparar as futuras gerações de nosso Estado.

Gostaria de levar ao conhecimento desta Casa o memorial dirigido a S. Exa. o sr. Governador do Estado e formular a S. Exa. um apelo para que seja corrigida esta situação injusta e incompatível com o Governo que se preza e deseja realizar uma administração voltada para o futuro, para que os educadores deste Estado, aqueles que vivem do sagrado mister de preparar as futuras gerações, tenham condições efetivas de realizar sua notável obra.

Diz o memorial: "A Associação dos Professores do Norte do Paraná, interpretando o pensamento e os anseios do professorado desta região e sentindo os nobres e altos propósitos de V. Exa., sempre demonstrados no exercício da causa pública, vem, por meio deste memorial, formular, as seguintes reivindicações do magistério:

I — Nos primeiros anos do Governo de V. Exa., nenhum atraso havia quanto ao pagamento do professorado, que recebia os vencimentos até o dia 10 do mês subsequente. A pontualidade no pagamento estava em perfeita consonância com o dinamismo que V. Exa. imprimiu à Administração Pública em nosso Estado. Contudo, a partir dos últimos meses, o pagamento vem sendo feito com atraso crescente, de tal modo que, no presente mês, mês de férias, somente no dia 27 foi efetuado o pagamento. O professorado vê-se, pois, com problemas cada vez mais angustiantes por falta de recur-

nos necessários à satisfação de suas necessidades e somente contando, com a pontualidade do pagamento poderá resolver os seus problemas.

II — Os professores contratados no primeiro exercício, somente agora, com quatro meses de atraso, receberam seus vencimentos. Além disso, não percebem sequer o salário mínimo vigente no Estado, mas apenas Cr\$ 100,00 mensais. Considerando as despesas de transporte e outras concernentes ao exercício do magistério, muitos desses professores consomem, com os gastos, os vencimentos recebidos. Será pois, de inteira justiça, que os vencimentos dos professores contratados sejam equiparados aos dos professores nomeados, em conformidade com o padrão em vigor.

III — Os professores que fizeram concurso esse ano até a presente data não foram nomeados, fato esse que os coloca em estado de expectativa angustiante.

Todos heconhecemos o espírito de solidariedade humana e de interesse público que ornou o caráter de V. Exa. Porisso ficam aqui em evidência os anseios dos professores concursados, na certeza de que as nomeações sejam logo feitas.

E abro um parêntesis para dizer que, lamentavelmente, muitas turmas, muitos alunos estão, no dia de hoje, sem aula, porque os professores que não foram nomeados deixaram suas aulas, tendo em vista que não foram nomeados de acordo com o que havia sido prometido, isto é, que a nomeação seria em julho do corrente ano.

IV — Outro fato que a APNP procura salientar, com todo o respeito a esse memorial, relaciona-se com o sistema de trabalho dos zeladores de estabelecimentos oficiais de ensino. Esses zeladores ganham o-labore, não percebem, seus salários nos períodos de férias escolares. As leis trabalhistas vigentes no País garantem a todo e qualquer trabalhador o desconto remunerado bem como o gozo de férias sem desconto no salário. A regra jurídica e de caráter social não pode sofrer exceção em desfavor dos zeladores de estabelecimentos de ensino, mas, ao contrário, pela função que desempenham devem os direitos ser acolhidos pelo espírito da lei. Assim, por um princípio de equidade, a APNP toma a liberdade de sugerir com todo o respeito a V. Exa. seja estendido aos zeladores o pagamento dos seus salários nos períodos de férias escolares.

Faço ao exposto, eminente Governador, formula, resumidamente, com todo o respeito e consideração a V. Exa. os seguintes apêlos:

- a) — que o pagamento dos vencimentos dos professores volte a ser feito em dia, isto é, no princípio de cada mês subsequente;
- b) — que os vencimentos dos professores contratados sejam equiparados aos dos nomeados;
- c) — que os professores concursados sejam imediatamente nomeados;
- d) — que os zeladores de estabelecimentos de ensino oficial passem a perceber, também, salários em períodos de férias.

A APNP reconhece e proclama os altos méritos de V. Exa., sem dúvida uma das mais brilhantes formações de homem público da nova geração. Desse modo, possa contar com a simpatia de V. Exa. para os apêlos formulados neste memorial, bem como para o atendimento imediato dos mesmos por ser de inteira justiça.

E este é um fato que chamo a atenção do Governo do Estado a fim de que não sofram e não sejam prejudicadas as crianças que estão sem aula, em virtude das professoras não terem voltado às aulas porque os seus contratos terminaram em junho e foi-lhes prometido que em julho sairiam suas nomeações.

Assim fica o nosso apêlo ao sr. Governador do Estado que volte suas vistas para estes problemas que consideramos graves, no ensino do Estado do Paraná.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre deputado Erondy Silvério.

Porém, a Mesa lembra ao nobre Deputado que faltam dois minutos para o encerramento da Hora do Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, talvez não demore mais do que dois minutos.

Sr. Presidente, nobres srs. Deputados, tive conhecimento, na tarde de hoje, de que circula pela Casa, por ordem direta do futuro Governador do Estado, e por iniciativa de alguns colegas, Deputados nesta Casa, um documento em que — não li o teor — mas, segundo informações de companheiros desta Casa, os Deputados que seguem já a orientação do futuro Governador, solicitam a minha substituição na liderança da ARENA e indica — o mesmo documento — o nobre deputado João Mansur para substituir-me.

Quem pede o mais pede o menos, os srs. Deputados que aqui nos conduzirão, com muita honra para nós, e sem pedirmos, à liderança da ARENA, pediram o mais, agora pedem o menos, retiram esta delegação de nossos Colegas. Apenas não concordamos com o método usado, bastaria que um dos subscritores daquele documento tivesse a ombridade necessária para dirigir-se a nós pessoalmente e dar-nos ciência do que estava ocorrendo, para que viéssemos a esta tribuna renunciar — como renunciando estamos, — à referida liderança.

Estamos assim procedendo porque sabemos, há poucos instantes, que o documento tem 16 assinaturas, está precisando mais uma. Estão pressionando violentamente companheiros leais, amigos de todas as horas, com ameaça de retirada de comando, de perseguição, com ameaça de chamarem seus Prefeitos de suas regiões, para pressioná-los a não acompanharem esses colegas nas eleições de 15 de novembro, caso não assine no mencionado documento.

Para poupar o trabalho, para não dizer a vergonha de um procedimento dessa natureza, é que nós estamos completando a 17ª assinatura, estamos renunciando à liderança da ARENA para que não haja mais pressão sobre nossos companheiros para que se restaure a concordância neste Poder Legislativo, para que os homens possam entender-se novamente, em benefício do povo do Paraná.

Nós não acreditamos, e desafiamos que alguém denuncie algo de grave quanto à nossa conduta na vida pública. A nossa atitude foi a de nos mantermos leais ao atual Governador do Paraná. Fomos convidados pelo deputado Haroldo Leon Peres para integrarmos sua equipe política. Lá em Brasília, em seu apartamento, em sua residência, mas o preço era muito alto: Exigia-se o preço da traição, com o qual não concordarei jamais, pois no meu dicionário não existem duas palavras "traidor e covarde". Se no meu dicionário não existem essas duas palavras, não poderei, jamais, trair um Governo que tem dado tudo de si em favor do povo do Paraná. Que vai levar ao povo do Paraná a mais bela obra administrativa de todos os tempos.

Não vamos discutir se os governos que o antecederam foram bons ou maus governos; não vamos discutir se este teve mais sorte ou menos sorte. Se teve mais recursos ou menos recursos, o fato é que sua obra administrativa até agora não teve similar na história do Paraná. E isso porque Paulo Pimentel nunca usou métodos rasteiros, nunca perseguiu, nunca brigou ninguém a fazer algo contra sua vontade. Entendeu a mão a todos, administrou com o coração, sabedoria e entusiasmo de um jovem e, por isso mesmo, vai sair do governo nos braços do povo.

Não poderíamos, sem ferir nossa consciência de homem, abandonarmos esse jovem nos últimos meses de seu governo. Não poderíamos, evidentemente, fazer jôgo duplo neste Legislativo.

Portanto, creio eu que esta seja uma das razões por que se exigiu a minha substituição na liderança da ARENA.

No instante de deixar a liderança, quero agradecer de coração o apoio que sempre recebi de meus companheiros e dizer que eu saio com a consciência de haver cumprido meu dever, não só para com o Governo do Paraná, não só para com o partido do Governo, a Aliança Renovadora Nacional, mas com meus próprios colegas.

O sr. Alencar Furtado — Lamentável, meu caro deputado Erondy Silvério, o que V. Exa. diz nesta tarde. Triste demais o episódio. Para mim, a lealdade é o apanágio dos homens de bem na vida pública, e V. Exa. é leal. Quase dia-a-dia, discutimos, e discordamos de V. Exa., nesta Casa, vivendo as teses do Paraná. Mas V. Exa. para nós, sempre teve a respeitabilidade que merece, pelo trabalho desenvolvido, como líder da Arena nesta Casa, engrandecendo-a e engrandecendo-se, no desenvolvimento de suas tarefas cotidianas.

O Paraná deve a V. Exa. o muito que muitos não querem reconhecer na pessoa de V. Exa. Mas eu, que sou Deputado de oposição, e como sabe V. Exa. e a Casa toda, insuspeito para dizer o que estou dizendo, mas eu, sr. Deputado, apresento a minha solidariedade, num momento em que V. Exa. necessita também da nossa solidariedade, pelo menos, como nosso reconhecimento às suas virtudes. Defeitos, temos nós e tem V. Exa. Mas, meu caro deputado Erondy Silvério, doloroso demais, triste demais é V. Exa. dizer que o futuro governador Haroldo Leon Peres exigiu a delegação da cabeça da liderança da Arena nesta Casa, porque isto é interferência, isto é ingerência na autonomia deste Estado. Isto é Estado sob intervenção, são as instituições desmoralizadas, é o Poder Legislativo, submetido a guante injusta, imerecida, indevida de quem não tem capacidade para ter a guante sobre esta Casa. O Governador, até março de 1971, chama-se Paulo Pimentel. Bem ou mal, o fato é que ele foi eleito pelo povo, para governar até março do ano que vem. Portanto, acho doloroso, triste demais, que o futuro governador deste Estado, que se chamará Haroldo Leon Peres, talvez em março ou depois de março, mas que agora venha a dominar esta Assembleia, em termos majoritários, querendo dizer que já é governador. Por isso, sinto-me triste, e digo que dói demais, na alta daqueles que têm amor pelo Paraná e pela democracia brasileira.

Meu caro deputado Erondy Silvério, fica aqui a nossa solidariedade integral a V. Exa., pelo seu passado de lutas nesta Casa, que há de ser proclamado, como o estamos fazendo hoje, apenas para dar cumprimento, mais uma vez, ao nosso dever.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., que muito me honra.

Mas, Sr. Presidente, nós estávamos agradecendo a confiança que sempre recebemos de nossos companheiros de Assembleia. Se tivemos falhas, elas devem ser creditadas à conta, talvez, da nossa pouca experiência parlamentar. Talvez devam ser creditadas às nossas falhas aquele desejo de servir única e exclusivamente o povo do Paraná. Nós vamos deixar, nesta tarde, a liderança da ARENA, porque não queremos, como já dissemos, que as pressões continuem sobre nossos companheiros, queremos aliviá-los, abrimos o mão de uma liderança que só nos traz ônus, porque vantagens eleitorais as lideranças nunca trouxeram, ao contrário, elas sempre trazer desgaste político. Mas queremos dizer a esta Casa e ao povo do Paraná que o povo do Paraná vai nos conduzir a esta Casa, e nós estaremos ocupando uma dessas cadeiras, numa posição vigilante, fiscalizando ato por ato do futuro Governador ou aqueles que realmente tragam benefícios ao povo, porém, levantando-os violentamente contra aqueles que violentem os direitos do povo paranaense. Ninguém vai perder por esperar! Nós daremos o tróco, na época reavida à pressão, a violência que hoje estamos sofrendo na própria carne! Estas nossas palavras não trazem, além da mágoa, não trazem censura nenhuma dos nossos companheiros. Nós sabemos porque eles foram levados a esta atitude. Nós queremos nos congratular com o nobre deputado João Mansur, que será o futuro líder da ARENA nesta Casa, eis que conhecemos o deputado João Mansur, um homem de bem, um homem com o qual convivemos nesta Casa durante quatro anos, fomos seu companheiro de Comissão Executiva quando ele Presidente e a nossa pessoa. O Secretário desta Casa, tivemos a responsabilidade de conduzir os destinos da mesma, durante os anos de 1967; daquela convivência nasceu um respeito, um grande respeito por um homem de bem, um homem compreensivo, que tem servido todos os Governos, que tem uma experiência extraordinária porque já esteve nos Governos, que tem uma experiência extraordinária porque já esteve com Moyses Lupion, depois com Ney Braga, depois com Paulo Pimentel e hoje está com Haroldo Leon Peres. E um homem que tem uma larga experiência extraordinária que poderá conduzir com êxito a nave do Governo a sucessos sobre sucessos, eis que experiência e compreensão não lhe faltam.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Erondy Silvério, quero agradecer as manifestações de apreço que V. Exa. está dirigindo à minha pessoa neste instante, que não as mereço.

Realmente, participei do Governo de Moyses Lupion, como participei do Governo de Ney Braga, assim como percorri o Paraná inteiro ajudando a eleição do governador Paulo Pimentel, e como hoje estou integrado com o futuro Governador, deputado Haroldo Leon Peres.

V. Exa., também como eu, nas mesmas origens do Partido Social Democrático, participei do Governo Moyses Lupion, embora não nesta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas com uma diferença! Participei do Governo Moyses Lupion e de Paulo Pimentel, eis a única diferença que existe entre a minha pessoa e a de V. Exa.

O sr. João Mansur — Não vejo nisso nenhum desdoro, participei de todos os Governos, nunca no interesse pessoal, mas, no interesse da minha região e da minha gente!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeitamente!

O sr. João Mansur — Quero agradecer as manifestações de V. Exa. dizendo que hoje assumimos a liderança da ARENA nesta Casa, esta nossa

atitude não tem nada contra V. Exa., por quem fomos liderados até hoje e V. Exa. sabe da maneira como tratamos V. Exa., nesta Casa: São coisas da política que V. Exa. entende muito mais do que nós outros, de maneira que, nobre deputado Erondy Silveiro, esta atitude que hoje nossos companheiros tomam nesta Casa seja pagar o melhor entrosamento, cada vez maior, do nosso partido, porque, esteja certo, nobre Deputado, jamais faremos nesta Casa o jogo da oposição, jamais entraremos no jogo da oposição que procura por todos os meios para procurar a intriga entre o governador Paulo Pimentel e o futuro governador Haroldo Leon Peres. Enganam-se os homens do M.D.B., meus amigos particulares, jamais conseguirão que estes dois homens, estes dois líderes, que querem acima de tudo o engrandecimento do Paraná, que estão entrosados no momento revolucionário de 64, e querem mais nada que isto, a união da Arena e o desenvolvimento cada vez maior do Paraná. Leve a certeza, meu prezado amigo Erondy Silveiro, que jamais tive mos qualquer coisa contra V. Exa.. Continuaremos amigos como sempre fomos, unidos em torno da Arena e dos altos interesses do Paraná. Meus sinceros agradecimentos pelas palavras lisonjeiras que V. Exa. proferiu à minha pessoa.

O SR. ERONDY SILVEIRO — É justa, nobre Deputado, e justiça não se agradece.

O requerimento é vasado nos seguintes termos: (Lê)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo assinam, membros da bancada da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), na qual constituem maioria, comunicam a V. Exa. para os devidos fins regimentais, haverem escolhido para exercer a liderança da bancada, nesta Casa, o senhor Deputado João Mansur, com todas as prerrogativas inerentes à função.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1970.

(Lê) Ovídio Franzoni — Jorge Sato — Ainaldo Pereira Lima — Paulo Poli — Francisco Escorsin — Luiz Malucelli — Ivo Tomazoni — Túlio Vargas — Fabiano Braga Côrtes — Roberto Galvani — Leopoldo Jacomet — Armando Queiroz — Olavo Ferreira — Igo Losso — Amadeu Puppi — Gabriel Manoel — João Mansur.

Era só sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 31 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda ao Projeto de Lei 132-70 de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente. Está devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando preferência de discussão para o Projeto de Lei n. 25-70. **Aprovado.**

De acordo com o requerimento de preferência aprovado, 3ª. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 25-70, Ofício n. 120-70 — do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de Lei do novo Regimento de Custas com Emendas. — Parecer da C.C.J. — Encerrada a discussão. Em votação o Projeto com ressalvas das emendas. — **Aprovado.**

A Mesa consigna o voto contrário do sr. deputado Abraão Miguel. Em votação as emendas.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, tenho a impressão até que já foi demasiadamente debatido em Plenário. Farei um requerimento para que fosse anotada emendas uma vez aprovadas pelas Comissões Técnicas, englobadamente, com exceção na n. 8, que tem parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento formulado verbalmente pelo nobre deputado Paulo Poli, que requer que as emendas, já aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça, sejam votadas englobadamente. Os que aprovam, queiram se conservar como estão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, no avulso em minhas mãos, constando da Ordem do Dia desta sessão, sr. Presidente, observo o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Parecer em que se rejeita as emendas de 1 a 6.

Todavia, sr. Presidente, observei que no avulso consta devidamente enumerada a emenda 7, sr. Presidente, à procura do texto da emenda n. 8, eu não a localizei devidamente enumerada. Po quanto, as demais emendas constantes do avulso da Ordem do Dia, não consta em nenhuma emenda essa enumeração.

Pediria a V. Exa. que me desse ciência do teor da emenda n. 8 que deve estar com o parecer contrário da CCJ. (Pausa) Sr. Presidente, já tenho em mãos o teor da emenda n. 8.

O SR. PRESIDENTE — Em votação as emendas apresentadas, cuja redação está publicada em avulso na Ordem do Dia, com exceção da emenda n. 8, que teve Parecer contrário da CCJ.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelas normas constitucionais, as emendas rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça, não devem ir a Plenário. Mas já que as emendas relativas ao projeto rejeitadas pela CCJ, estão já para votação do Plenário, sugeria a V. Exa., sr. Presidente, que fossem votadas apenas as emendas aprovadas pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao nobre Deputado que as emendas rejeitadas não estão sendo votadas.

(Volta a colocar as emendas em votação)

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pelo Parecer da CCJ, ou melhor, reexaminando o Item 3.0 do Parecer, observei que demos o nosso parecer, as emendas de n. 1 a 8...

O SR. PRESIDENTE — (Interrompendo). Temos apenas ressalvada

a emenda n. 8 que teria sido rejeitada. As demais emendas foram aprovadas.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, acathei bem a questão de ordem formulada pelo nobre deputado Olivir Gabardo. Como nós estamos votando com o parecer da CCJ, este parecer rejeita as emendas de n. 1 a 6 e considera válida a de n. 7. Não coloca em votação a de número 8 que está incorporada ao substitutivo, todavia, com o parecer contrário da CCJ e que será objeto portanto de votação ou de votação em separado.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, como vê V. Exa. e inclusive os assessores de V. Exa. como também eu próprio, não entendo, diante do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Porque há dois pareceres da Comissão de Constituição e Justiça. Além disto, no segundo parecer, nenhuma das emendas veio numerada. Não sabemos o que vamos votar. Se votássemos apenas a matéria oriunda do Tribunal, poderia facilitar o trabalho. Mas se vai ser colocada em votação a emenda com dois pareceres conflitantes, emendas numeradas e emendas sem número, a Assembleia não saberá o que está votando.

Solicito a V. Exa., nesta questão de ordem, que encaminhe este projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que formalize um parecer indicando quais as emendas que a Comissão aprovou, e que estas emendas venham devidamente numeradas, a fim de que esta Casa, consciente, saiba o que está votando. Do contrário, terá dificuldade V. Exa. ao elaborar o projeto final desta matéria. Proponho que a Comissão de Constituição e Justiça formalize em termos seu parecer, indicando explicitamente as emendas por números e quais as aprovadas e quais as rejeitadas por aquela Comissão, para que este Plenário possa votar conscientemente a matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. SILVIO BARROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, desde que estamos militando nesta Casa como representante de nosso povo, ao mesmo tempo fazendo parte das Comissões Técnicas, não podemos compreender que a 5 de agosto de 70 tenha a Comissão de Constituição e Justiça proferido um parecer que realmente não nos é compreensível. Não tivemos a oportunidade de examinar a matéria, que é de ordem financeira, na Comissão de Finanças, da qual sou o Vice-Presidente, e que em hipótese alguma poderia abrir mão de examinar o projeto e emitir seu parecer. O mérito constitucional foi apreciado, mas se trata de despesas que poderão, de certa forma, vir em prejuízo dos próprios serventários da Justiça. Requeiro o direito de opinar sobre a matéria, através da Comissão de Finanças. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, este projeto está desde fevereiro ou março nesta Casa. Fizemos algumas dezenas de reuniões nas Comissões Técnicas. Está aqui o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Emílio Carazzal, que tem aparecido altas horas da noite, nas reuniões. A delonga é uma confissão pública dos Deputados que não comparecem às reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. As emendas estão numeradas.

O deputado Silvio Barros alega que é matéria financeira. É improcedente o seu ponto de vista, porque nada tem a ver as finanças do Governo com este projeto. Portanto este projeto não pode mais voltar às Comissões. As emendas estão numeradas, estão sendo apreciadas as emendas recebidas em 3ª discussão e apreciadas em 4ª discussão na reunião da C.C.J.

Solicito, sr. Presidente, de acordo com requerimento já deferido, que coloque em votação englobadamente as emendas apreciadas na última reunião da C.C.J., em 4ª discussão. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a Questão de Ordem, a Mesa esclarece que o projeto se encontra em fase de votação, não cabendo, portanto, adiamento.

Em votação as emendas.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, se V. Exa. colocar em votação esta matéria na forma em que foi apresentada, porque os avulsos não me chegaram às mãos e eu sem saber se as emendas são favoráveis ou não, não votarei. Inclusive, V. Exa. não sabe quais as emendas favoráveis, quais as desfavoráveis. Portanto, eu me retirarei do Plenário, mas quero que fique bem claro que esta minha atitude não é desrespeito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque S. Exa. apenas presidiu a Comissão; o problema é do Relator da matéria que não enumerou devidamente as emendas. — (Sem revisão do orador).

O SR. SILVIO BARROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, ouvi, com todo o respeito que me merecem, as ponderações do nobre deputado Paulo Poli. Todavia não posso permitir que, por livre arbítrio, a nossa Comissão de Finanças não seja consultada. Posso assegurar que os cartórios, os serventários da Justiça, recolhem, a cada exercício findo, somas ponderáveis aos cofres públicos. Daí porque entender que matéria que diz respeito às finanças do Estado não possa, de forma alguma, deixar de passar pela Comissão de Finanças. E este projeto está em 4ª discussão, está com parecer, emitido em 5 de agosto, da Comissão de Constituição e Justiça. Queremos que nossa Comissão seja consultada da oportunidade ou não da matéria. Reafirmo o direito de examinarmos a matéria, sem o que nos retiraremos em sinal de protesto pela votação atabalhoada da presente matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa esclarece que o projeto está em fase de votação, não cabendo mais adiamento. E as emendas apresentadas ao projeto 25-70, com exceção da n. 8, estão impressas no Avulso.

Em votação. Aprovado.

O SR. SILVIO BARROS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a verificação)

14 srs. Deputados são favoráveis, 3 rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. ERONDY SILVEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal para verificação de quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos srs. Deputados para verificação de quórum.

(E feita a chamada)

Respondem à chamada 20 srs. Deputados. Há quórum para prosseguimento da sessão.

Continuam em votação as emendas ao Projeto de Lei n. 25-70.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, lembro à V. Exa. que esse projeto constitui matéria vencida para o Plenário, porque ele já foi votado, já teve sua votação, verificação de quórum pela chamada nominal. O pedido do deputado Erondy Silvério, foi que V. Exa. continuasse colocando nova matéria.

O SR. PRESIDENTE — Procede a questão de ordem formulada pelo deputado Armando Queiroz.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados, apenas em sua fase de discussão:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 20-68, que cria o Colégio Agrícola de Santo Antônio do Sudoeste. — Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 20-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transformado em Colégio Estadual Agrícola, o atual Ginásio Estadual de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2.º — O Estabelecimento incluirá no seu currículo ginasial, práticas educativas com orientação agrícola.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de Julho de 1.970.

(aa) Olavo Ferreira — Presidente

Roberto Galvani — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 7-70, ex-proposição n.º 58-70, que aprova nos termos do inciso VII, art. 22, da Constituição Estadual, os convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 7-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados, nos termos do inciso VII, art. 22, da Constituição Estadual, os convênios firmados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Berboza Ferraz, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros); Cafeara, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Campo Largo, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Congoninhas, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Jussara, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Lapa, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Leônidas Marques, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Londrina, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mallet, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marechal Cândido Rondon, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Maria Helena, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Marialva, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Mariluz, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Marumbi, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Peabiru, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São João do Ivaí, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); São Jorge do Oeste, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); São José da Boa Vista, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Tapira, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Barracão, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Bocaiuva do Sul, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Cândido de Abreu, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Centenário do Sul, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Céu Azul, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Japira, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Jardim Olinda, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Paranaipoema, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros); Pat. Branco, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tamboara, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros); Ubatirã, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros); Verê, no valor de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros); Tomazina, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros); Wenceslau Braz, no valor de Cr\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) e São Tomé, no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinados à ajuda financeira aquelas comunas.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Silvio Barros — Presidente

Olavo Ferreira — Relator

Roberto Galvani

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 113-70, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Sertãozinho. Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada, a discussão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 210-70, de autoria do pe. Roberto Wypych, que doa à Associação Paranaense de Ministério Público, a Biblioteca Jurídica que se encontra em poder da Exma. Viúva do Dr. Manoel Linhares de Lacerda, ex-Procurador Geral de Justiça do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. com SUBSTITUTIVO GERAL. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 210-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir e doar à Associação Paranaense do Ministério Público, a biblioteca jurídica que se encontra em poder da Exma. senhora viúva do finado e saudoso paranaense, Dr. Manoel Linhares de Lacerda, ex-Procurador Geral da Justiça do Paraná, composta de 1.200 volumes, aproximadamente.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 1969.

(a) Roberto Wypych

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARCELO AO PROJETO DE LEI N. 210-69

1.) Pretende o nobre deputado Roberto Wypych, através do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a adquirir a biblioteca jurídica de propriedade da Viúva Manoel Linhares de Lacerda, para em seguida, doar à Associação Paranaense do Ministério Público.

2.) Dito plano vem articulado e devidamente justificado, em consonância

com disposição expressa no Regimento Interno.

3.) Trata-se de projeto de mera autorização, razão pela qual não tem qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

4.) Em face de tais razões, somos pela aprovação da proposição ora em exame, obedecendo, porém, o substitutivo anexo, para atender à melhor técnica legislativa.

2.º Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1970.

(aa) Emílio Carrazai — Presidente

Paulo Camargo

Olavo Ferreira

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 210-69
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir a biblioteca jurídica de propriedade da viúva Manoel Linhares de Lacerda, para, posteriormente, doá-la à Associação Paranaense do Ministério Público.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1970.

Presidente

Relator — Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARCELO AO PROJETO DE LEI N. 210-69

SUMULA: Doa à Associação Paranaense do Ministério Público a Biblioteca Jurídica que se encontra em poder da Exma. Sra. viúva do Dr. Manoel Linhares de Lacerda, ex-Procurador Geral do Estado do Paraná.

PARCELO: Em se tratando de um plano de lei, meramente autorizatório, não encontramos no presente projeto, qualquer óbice de ordem financeira e opinamos pela sua aprovação, nos termos do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. Parecer favorável, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1970.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Silvio Barros — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 57-70, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que declara de Utilidade Pública, a Escola Profissional Dna. Ivone Pimentel, da Cidade de Morretes. — Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 57-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Escola Profissional Dna. Ivone Pimentel, da cidade de Morretes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1970.

(a) Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARCELO AO PROJETO DE LEI N. 57-70

Com referência ao Projeto em tela, consideramos-lo constitucional e em condições de ir a Plenário.

Sala das Comissões, em 27 de Maio de 1.970

(aa) Emílio Carrazai — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Paulo Camargo

Ivo Tomazoni

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 136-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, estabelecendo normas nas transferências de concessões para exploração de Linha Intermunicipal de Transporte Coletivo. — Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 136-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Nas transferências de concessões para exploração de linha intermunicipal de transporte coletivo, terão preferência, desde que em igualdade de condições com as demais concorrentes, as empresas concessionárias de transporte coletivo municipal, que explorem linha parcial ou integralmente compreendida na da concessão a ser transferida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1.970.

(a) Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARCELO AO PROJETO DE LEI N. 136-70

1.) O Projeto vem articulado e devidamente justificado, atendendo, assim, determinação contida no Regimento Interno.

2.) Da forma como o mesmo vem redigido e pela sua própria natureza, verifica-se que não há transgressão a qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Por conseguinte, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de julho de 1.970.

(aa) Emílio Carrazai — Presidente

Roberto Galvani — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 37-70, Mensagem Governamental n. 10-70, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização para doação à Companhia de Habitação do Paraná, do terreno de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Pirai do Sul. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Com SUBSTITUTIVO GERAL.

PROJETO DE LEI N. 37-70

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 10-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Companhia de Habitação do Paraná "COHAPAR" parte do imóvel situado no lote 1.º da Estrada Municipal, na cidade de Pirai do Sul, com as seguintes características e confrontações: Trata-se de uma parte do imóvel com área de 13.594,25 m², medindo 135,60 metros de frente para a Estrada

Municipal, por 100,00 metros no lateral direito, fazendo frente para rua de contorno, por 100,35 metros no lado esquerdo fazendo frente para rua de contorno e 135,60 metros de fundos, sem benfeitorias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 37-70

1.) De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei visa corrigir uma situação de ordem legal que diz respeito a vinte (20) famílias de Pirai do Sul, nos termos da exposição feita às fls. 2, do respectivo processo.

2.) O plano de lei em questão vem articulado e devidamente justificado, atendendo, desta forma, disposições do Regimento Interno. Quanto a sua oportunidade, é evidente.

3.) Não fere, por outro lado, qualquer questão de ordem constitucional, assim como de ordem legal.

4.) Isto posto, somos pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1970.

(aa) **Emílio Carazzai — Presidente**
Ivo Tomazoni — Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 37-70

1.) O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, foi devidamente examinada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual ofereceu parecer favorável.

2.) Referido plano visa, antes de tudo, corrigir um problema jurídico, na forma como vem especificado na justificativa do projeto, justificativa esta que nos convence plenamente. Além do mais, com a aprovação do projeto, será equacionado, também, uma questão de ordem social.

3.) Por tais razões, somos pela aprovação da proposição, desde que seja atendido o substitutivo anexo.

S.M.J., é o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) **Igo Losso — Presidente**
Agnaldo Pereira Lima — Relator
Emílio Carazzai

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 37-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta lei, autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná "COHAPAR" um imóvel constituído de uma área com 13.594,26 m², localizada na cidade de Pirai do Sul, com as seguintes características e confrontações: pela frente, com a Estrada Municipal, onde mede 135,60 m.; pela lateral direita, faz frente, também, para rua de contorno, onde mede 100,00m.; pela lateral esquerda, faz frente, igualmente, para a mesma rua de contorno onde mede 100,35m., e, finalmente, 135,60 m. na linha dos fundos, sem benfeitorias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1974

(aa) **Igo Losso — Presidente** — **Agnaldo Pereira Lima — Relator**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 37-70

Objetiva o presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 10-70, doar à Companhia de Habitação do Paraná, o terreno de propriedade do Estado do Paraná, situado na cidade de Pirai do Sul.

Conforme a justificativa que acompanha o plano de lei, a doação faz-se necessária a fim de que os promitentes compradores das casas construídas naquele imóvel, possam receber as devidas escrituras por parte da COHAPAR. A proposição em exame, por outro lado, não tem qualquer implicação de ordem financeira, razão pela qual opinamos pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970

(aa) **Roberto Galvani, Presidente** — **Paulo Poli, Relator**

O SR. PRESIDENTE — O Projeto de Lei n. 37-70, deixará de ser apreciado em face ao requerimento apresentado pelo sr. deputado Erondy Silvério, em sessão anterior.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando renúncia da Liderança da Bancada da ARENA, à qual foi anteriormente conduzido pelos seus nobres colegas arenistas. — **Anote-se.**

Requerimento de autoria dos srs. Deputados da ARENA, lido da tribuna pelo sr. deputado Erondy Silvério, em que comunicam à Presidência, para fins regimentais, haverem escolhido para exercer a Liderança da Bancada, nesta Casa, o sr. deputado João Mansur com todas as prerrogativas inerentes à função. — **Anote-se.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Dias Fernelho. — **Aprovado.**

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 25-70 não pode ser aprovado hoje por falta de quorum, e tendo em vista que há um interregno de tempo, de 24 horas, entre esta sessão e a sessão de amanhã, apresento um requerimento no sentido de que este Projeto seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que a mesma forneça um parecer indicando claramente as emendas numeradas, que foram aprovadas e rejeitadas por aquela Comissão, a fim de que o Plenário possa, conscientemente, com conhecimento de causa, votar as emendas aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Este é o requerimento que apresentamos a V. Exa. (Lê):

"Requerimento"

Senhor Presidente:

O Deputado que no final assina, requer, com fundamento no Regimento Interno, o encaminhamento do Projeto de Lei n. 25-70, à Comissão de Cons-

tituição e Justiça, a fim de o que Projeto e as emendas recebam parecer em conformidade com as normas regimentais, isto é, indicando claramente as emendas numeradas que foram apresentadas e rejeitadas.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970

(a) — **Olivir Gabardo**.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela Ordem) — Data vênio do requerimento de Sua Excelência o deputado Olivir Gabardo, que merece todo o meu respeito, eu lembro a V. Exa., sr. Presidente, que será pela sétima vez que tal processo irá, iria, se a Casa assim o deliberasse, a Comissão de Constituição e Justiça. Estive aqui noites seguidas, estive até às 11,30 horas da noite também com alguns companheiros, a obtenção de quorum foi muito difícil, ou durante o dia, ou durante a noite. A enumeração dessas emendas, segundo diz o relator Paulo Poli, está feita. Eu não vejo o motivo pelo qual venha, o processo, à Comissão de Constituição e Justiça. Ate incorri em erro, dando, no processo, um despacho, e a esta Comissão não compete mais apreciar a matéria. Fiz isto por deliberação própria e, erroneamente. Posteriormente, voltou o Projeto à Comissão. Não vejo o motivo pelo qual a tramitação deste Projeto está sendo impedida, não atinei alicha com o motivo. A verdade é que está havendo um impedimento, uma obstrução sistemática à apreciação da matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, quer me parecer que apenas o deputado Olivir Gabardo tem dúvidas quanto a matéria em discussão e votação, na sessão de hoje. Requeiro a V. Exa. e a conduta sempre altamente democrática de V. Exa. na Presidência dos trabalhos desta Casa, para que deixe o Projeto de Lei em mãos do sr. deputado Olivir Gabardo nas próximas 24 horas, para que ele, neste tempo, tenha suficientes esclarecimentos que deseje, para poder, na reunião de amanhã, assenhorar-se da matéria, para exarar o voto, conscientemente, como sempre tem feito esta Casa. É uma sugestão, sr. Presidente, para direm a dúvida suscitada, desde que nós, na Comissão de Constituição e Justiça, encerrada a sua discussão, não temos mais condições de ordem regimental para falarmos desta matéria. — (Sem revisão do orador).

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, com todo o respeito que me merece o nobre deputado Emílio Carazzai, ilustre e notável figura desta Assembléia, quero dizer a S. Exa. que não pretendo absolutamente jamais pretender retardar a votação desta matéria.

O sr. Emílio Carazzai — A minha intenção não foi atribuir a V. Exa. esta intenção. Se eu fui incorreto nas minhas expressões, quero me corrigir e pedir desculpas a V. Exa.

O SR. OLIVIR GABARDO — Agradeço a V. Exa. este tratamento. A nossa intenção é saber o que vamos votar, porque não sabemos o que estávamos votando. No aviso não indica. Há dois pareceres da Comissão de Constituição e Justiça inclusos no aviso que foi apresentado no Plenário. V. Exa. viu no próprio Projeto que a emenda não foi numerada dentro do Projeto de Lei. Portanto, não saberíamos que emenda estaríamos votando. Portanto, há que ter uma sequência nestas emendas. Devem estar numeradas. O que pedi não foi nêvo Parecer que já está dado. É matéria vencida. O nobre Deputado levantou a premissa que não poderia votar. Não estou pedindo que votem novamente a matéria, mas apenas se apresente de forma que possamos votar conscientemente, cada Deputado. Sabe o que está sendo votado. Quanto à matéria já devia ter sido aprovada há muito tempo. Esperam os cartórios, espera o povo, espera esta Casa se ver livre deste Projeto. É esta a minha questão de ordem. — **Sem revisão do orador.**

O SR. PAULO POLI (Pela ordem) — Sr. Presidente, muito embora impropriedade o requerimento do sr. deputado Olivir Gabardo, impropriedade porque a Mesa não pode aceitar porque está o Projeto com a discussão encerrada. Apenas para tentar esclarecer e fornecer subsídio, eu faria à Mesa a sugestão de que mande colocar a numeração nos avisos, sanando a numeração das emendas, ficando um vez por todas liquidado este problema. Quanto ao requerimento a Mesa não pode aceitar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa decide. O requerimento formulado pelo nobre deputado Olivir Gabardo, não pode ser aceito pela Mesa por se encontrar o Projeto em fase de votação. A questão de ordem formulada pelo nobre deputado Ivo Tomazoni, a Mesa esclarece que o Projeto está à disposição dos srs. Deputados, em todas as horas que desejarem. A questão de ordem levantada pelo nobre deputado Paulo Poli, a Mesa fará numerar as emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 25-70.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à cidade de Prudentópolis pelo transcurso natalício de sua emancipação política no dia de amanhã, 12 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.**

A Mesa designa o sr. deputado João Mansur para representar este Poder nas festividades.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, renunciando a condição de Vice-Líder da ARENA. — **Anote-se.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado Expediente ao sr. Governador do Estado em nome dos membros deste Poder, já com sua discussão encerrada. Retirado pelo autor.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n. 20-68 e de Resolução n. 7-70;

VOTAÇÃO EM 4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 25-70;

VOTAÇÃO EM 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 113-70;

VOTAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 197-69;

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 73-70, 2-70, 210-69, 57-70, 136-70;

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 37-70.

Levanta-se a sessão.